

**XI CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA
ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE CIENCIA POLÍTICA - ALACIP**

Eje temático 12 - Género, Diversidades, Disidencias, Juventudes y Violencias

Guerra silenciosa e silenciada: a violência de gênero das Américas à África e as resistências locais para a promoção da paz

Maria Eduarda Kobayashi Rossi¹

Laís Gomes Sartori²

Suzeley Kalil³

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio 2022.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP. Pesquisadora do GEDES. Bolsista FAPESP (processo 2021/04480-3). E-mail: eduarda.kobayashi@unesp.br

² Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP. Pesquisadora do GEDES. Bolsista FAPESP (processo 2021/05108-0). E-mail: lais.sartori@unesp.br

³ Professora Livre-Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, UNESP; Pesquisadora do GEDES e do CNPq (Pq-2). E-mail: suzeley.kalil@unesp.br

Resumo

Agressão física, estupro como arma de guerra e mutilação genital são exemplos visíveis de violências de gênero que atingem não apenas mulheres e meninas, como também homens e meninos, principalmente em situações de confrontos armados emergentes. A violência de gênero, somada a outras violações dos direitos humanos, também é frequentemente relatada em contextos denominados como "pós-conflito", o que torna evidente o fato de que a paz não pode ser alcançada apenas com a assinatura formal de acordos cooperativos. Ao olhar para as violências multifacetadas que deixam feridas em diversos corpos das populações locais, o presente trabalho objetiva, por meio de uma revisão teórico bibliográfica e análise documental, compreender de que forma a violência de gênero é continuamente perpetuada sobre vidas masculinizadas e feminizadas nos países da América Latina e África, trazendo como exemplos os casos do Haiti e da República Democrática do Congo – países com altas taxas de denúncias de estupros perpetrados por agentes internacionais e internos. Acreditamos que essas violações marcam um cenário de guerra silenciosa e propositadamente silenciada pela comunidade internacional. No entanto, em meio a tantas vulnerabilidades, a população local ainda encontra formas de resistir e promover a paz desde o cotidiano.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Resistência, Haiti, República Democrática do Congo.

Introdução

Neste artigo busca-se evidenciar a existência de uma guerra silenciosa e silenciada que é visível, majoritariamente, nos corpos das mulheres na periferia do sul global (FALQUET, 2022). Para tanto, adota-se como referencial teórico os Estudos de Gênero, com ênfase nas teorias feministas das Relações Internacionais (ENLOE, 1989; TICKNER, 1992; PARASHAR, 2013), pois acredita-se que essa perspectiva oferece boas contribuições para ampliar a reflexão acerca das violências que perpassam as vidas humanas em um sistema de poder desigual. Em vista disso, a metodologia deste trabalho baseia-se na revisão bibliográfica das temáticas de violência de gênero, feminicídio e violações, tendo como exemplo o Haiti e o Congo. Autoras como Cynthia Enloe, Judith Ann Tickner, Jules Falquet, Renata Giannini, Tamy Rebelo, Rita Segato e Swati Parashar são a fonte de inspiração e análise. Como documentos primários, utiliza-se materiais de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Instituto Promundo, que fazem pesquisa qualificada das violências no local do conflito.

As perspectivas de gênero, principalmente os feminismos, ganharam força e maior visibilidade no final do século XX, bem como no início do século XXI. Nas teorias de Relações Internacionais, a inserção destas perspectivas é marcada pela inquietante pergunta “Onde estão as mulheres?”, de Cynthia Enloe (1989). Ao olhar para os corpos feminilizados⁴, a autora (como tantas outras) deseja não apenas incluir novas vozes, experiências e formas de entender o funcionamento da política internacional, como também evidenciar a existência de hierarquias de poder que criam estereótipos de gênero e determinam papéis sociais. Como consequência, acabam silenciando determinados sujeitos e fazendo com que as mulheres não ocupem espaços de poder de modo equitativo aos homens.

Em complemento, a filósofa Judith Butler (2020), ao olhar para as hierarquias e papéis de gênero, afirma que ambos são produzidos de maneira discursiva. Como consequência, eles são culturalmente naturalizados por uma estrutura simbólica patriarcal, ocidental e heteronormativa, que permeia diversas esferas da vida e fundamenta padrões destrutivos de relacionamento. Em seus escritos, a autora se dedica às investigações sobre como as normas sociais que determinam performatividades de gênero são criadas e reproduzidas socialmente, seja de forma consciente ou inconsciente. Segundo Butler (2020, p. 65) “a sexualidade sempre é construída em termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido em termos

⁴ Utiliza-se a palavra "feminilizados", e não apenas "femininos", para incluir os corpos que se identificam como mulheres, sejam eles cis gênero ou transgênero.

das convenções culturais heterossexuais e fálicas”. Para além de refletir sobre a gênese e reprodução dos padrões simbólicos, é importante reforçar que eles sustentam opressões que são sentidas na materialidade dos corpos. A propagação da violência com excesso de crueldade (SEGATO, 2014, 2016) é presente na realidade da América Latina (KALIL, 2009; FALQUET, 2022; GAGO, 2021) e da África (DW, 2021⁵; MALOMALO, 2019; UNFPA, 2021), como destacado nos casos do Haiti e da República Democrática do Congo, os quais serão discutidos nas próximas seções.

Para cumprir nosso objetivo, este artigo será dividido em três partes, iniciando pelo tema da violência de gênero e das violências multifacetadas que atravessam os corpos sociais. Nesta oportunidade, discutiremos os ganhos que a perspectiva de gênero acrescenta ao trabalho, de modo a capacitar o estudante para refletir não apenas sobre as feminilidades e feminismos, mas também sobre a produção e (re)criação de masculinidades. Em seguida, revisita-se análises acerca das novas formas de guerra nos corpos das mulheres, que são comuns nos cenários da América Latina e da África. Posteriormente, analisa-se os casos das violências de gênero perpetradas no Haiti, em especial durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), bem como na República Democrática do Congo durante o período da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) e da Missão de Estabilização da paz na República Democrática do Congo (MONUSCO). Nesta seção, discorre-se sobre os estupros no local e a cultura violenta que perpassa o tecido social e solidifica barreiras para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Por fim, já nas considerações finais, busca-se refletir sobre o papel das resistências locais na criação de pontos de paz em meio aos cenários de violência.

Estudos de Gênero e sua inserção nas Relações Internacionais

Os Estudos de Gênero emergem no campo das Relações Internacionais (RI) como contraponto às teorias tradicionais que, provenientes do Ocidente, compreendem o exercício do poder como unicamente masculino⁶, favorecendo os problemas enfrentados por homens e ignorando experiências vivenciadas por mulheres – as quais, por muito tempo, eram excluídas do direito ao voto, à participação política em assembleias públicas e em cargos de liderança.

⁵ Matéria disponível em:

<[⁶ Segundo Tickner \(1992, p. 3\), características como “força, poder, autonomia, independência e racionalidade, são tipicamente associadas aos homens e à masculinidade, e são mais valorizadas por nós em pessoas às quais confiamos a conduta da política e a defesa do nosso interesse nacional”.](https://www.dw.com/en/african-women-tell-of-experiences-of-violence/a-59928442#:~:text=The%20rate%20of%20such%20violence,global%20figure%20is%20around%2030%25.>”. Acesso em 29 de junho de 2022.</p></div><div data-bbox=)

Os padrões binários que regem a lógica ocidental de entendimento legitimam inúmeras formas de dominação (TICKNER, 1992), contribuindo para a perpetuação de assimetrias no sistema internacional – cujas consequências mais destrutivas são sentidas por países do Sul global e, majoritariamente, pelas comunidades que compõem a periferia do Sul global. Como forma de questionar esses binarismos e discutir questões identitárias que envolvem a disciplina, o uso da categoria “gênero” como forma de análise nas Relações Internacionais foi introduzido nos estudos acadêmicos no início nos anos 90, junto ao surgimento do terceiro debate⁷.

Como um dos principais nomes nos estudos feministas nas RI, Cynthia Enloe (1989) discorre sobre as funções relegadas às mulheres na política internacional, como também em situações de conflitos, nos quais os papéis tradicionais de gênero são fortemente enraizados.

A ideia de que vivemos em um mundo perigoso serve para reforçar a primazia de formas particulares de masculinidade enquanto subordina a maioria das mulheres e a feminilidade em si. Homens vivendo em um mundo perigoso são frequentemente imaginados como sendo salvadores naturais. Mulheres vivendo em um mundo perigoso supostamente são aquelas que precisam de proteção. Aquelas relegadas à categoria de protegidas são comumente pensadas a estarem seguras "em casa", e, por isso, incapazes de realisticamente enfrentarem os perigos "lá de fora" (ENLOE, 1989, p. 30, tradução nossa).

Diante disso, desafiando a hegemonia das teorias tradicionais, como o realismo e o liberalismo, as teorias feministas se consolidaram nas RI e, em conjunto com os estudos de gênero⁸, trazem novas abordagens para a compreensão da forma a qual o gênero está presente na sustentação de hierarquias que permeiam as esferas internacionais. Essas esferas são, em sua maioria, governadas e conduzidas por homens, expressando diversas masculinidades, que pouco prezam pela inserção das vozes e demandas das mulheres, especialmente àquelas que mais sentem em seus cotidianos as dores provocadas pelos confrontos armados e outras formas de opressão como o desemprego, a fome, o abuso e o estupro (MONTE, 2010).

⁷ O terceiro debate tem início com o surgimento da corrente pós-positivista nas RI, que visava inserir em suas reflexões a dimensão social dos fenômenos internacionais. Ele foi crucial para compreender e ressaltar a importância do gênero como categoria de análise na disciplina, buscando romper com as formas de pensamento anteriores (MONTE, 2013)

⁸ Segundo Monte (2013), os estudos de gênero aplicados às Relações Internacionais buscam, no interior das organizações e regras do sistema internacional, explicações acerca das assimetrias existentes entre os gêneros e as características que compõem as identidades dos homens e mulheres nesse cenário. Já as perspectivas feministas têm como objetivo central a superação da opressão feminina e, assim como os estudos de gênero, procuram incluir na sua agenda de pesquisa reflexões sobre a construção das hierarquias no sistema internacional, entre elas, hierarquias de gênero, raça e classe que são, em sua maioria, desconsideradas pelas teorias *mainstream* das RI.

Fazendo alusão à “curiosidade feminista”, Cynthia Enloe (1989) reflete sobre a necessidade de se indagar acerca das posições ocupadas pelas mulheres na política internacional, levando em conta as masculinidades e feminilidades presentes nesse cenário. O exercício dessa curiosidade é capaz de desvelar que, usualmente, as mulheres são vistas como aquelas que ocupam apenas os espaços domésticos e privados, sendo incapazes de atuarem como agentes no sistema internacional. É para compreender essa questão que o uso de lentes feministas e de gênero se torna essencial, possibilitando um aprofundamento sobre as relações de poder e suas formas de expressão no próprio contexto. Destacar as experiências dos corpos femininos e feminilizados revela que eles também atuam no sistema internacional, ainda que sejam subordinados e silenciados por diversos tipos de masculinidades, especialmente as hegemônicas. A masculinidade hegemônica, segundo Tickner (1992, p. 6) é “sustentada por meio de sua oposição a várias formas de masculinidade subordinadas e desvalorizadas, como a homossexualidade e, mais importante, por meio de sua relação com várias feminilidades” Além disso, as diferenças de gênero são socialmente construídas e fundamentadas em relações validadas e desiguais entre homens e mulheres, reforçando uma superioridade masculina em relação à feminina (TICKNER, 1992).

Enloe (1989) argumenta que, se desviarmos a atenção e ignorarmos todos os tipos de vivências femininas presentes nas esferas internacionais, não é possível compreender quem domina o poder e para que fins esse domínio é operado. A curiosidade feminista possibilita esse tipo de abordagem, visto que ela promove atenção às experiências das mulheres e às noções de masculinidade presentes em espaços-tempo diferentes. Essa reflexão se torna imprescindível, visto que “raramente as mulheres são vistas como intérpretes ou remodeladoras do mundo. Raramente se tornam visíveis como pensadoras e agentes” (ENLOE, 1989, p. 34).

Refletindo sobre as missões de paz, como a MONUSCO e a MINUSTAH, é possível identificar inúmeros tipos de masculinidades e feminilidades atuantes, visto que, institucionalmente, esse mecanismo não é neutro em relação ao gênero (KARIM; HENRY, 2018) – e isso é ignorado pela ONU em seus discursos e documentos. Essa interpretação sobre o gênero corrobora para que haja o entendimento de que as funções de cuidado e pacifismo estejam diretamente relacionadas às mulheres durante uma missão, uma vez que os homens “não conseguem” ou não querem ocupar esses espaços – que sempre foram vistos como inferiores no contexto militar (REBELO, 2012). Tal compreensão da mulher como pacifista/conciliadora é evidente nas declarações do Departamento de Operações de

Manutenção da Paz (DPKO)⁹ sobre a temática, afirmando que as mulheres, enquanto mantenedoras da paz, são capazes de acessar as comunidades com maior facilidade e ajudam na proteção dos direitos humanos e dos civis presentes no local.

Ademais, é rara, dentro do escopo das Nações Unidas, uma reflexão acerca das masculinidades presentes no âmbito militar e nas operações de paz, e de que maneira elas influenciam as hierarquias de gênero nesses contextos. Enloe (1989) e Duncanson (2009) afirmam que a masculinidade militarizada pode ser entendida como um tipo de “masculinidade hegemônica”; no entanto, ela não é universal e pode se manifestar de diferentes maneiras dependendo do local, do contexto e da época analisada. Cynthia Enloe (1989, p. 150), define a masculinidade militarizada como:

um modo de representar a própria masculinidade que torna o soldado, especialmente o soldado combatente, real ou imaginado, o principal critério para julgar o comportamento e as atitudes de alguém. Esse modo particular geralmente confere primazia à dureza, uso habilidoso da violência, a presunção de um inimigo, a camaradagem masculina, a submersão das emoções e a disciplina (ser disciplinado e exigir isso dos outros). (ENLOE, 1989, p. 150)

Essa e outras formas de masculinidade¹⁰ podem se manifestar durante uma missão de paz. Compreendê-las e refletir criticamente sobre elas é essencial, pois a maioria do pessoal enviado para tais missões é proveniente de instituições militares e, como destacado no caso do Haiti e da RDC, contribuem para a perpetuação de violências sobre a população local. Ainda que estes problemas continuem acontecendo, deve-se notar que as transformações dentro da própria ONU contribuem para o avanço das discussões dos temas de gênero nas missões de paz.

A Declaração sobre a violência contra as mulheres, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1993, por exemplo, salienta que a perpetuação de desigualdades de gênero depende de relações históricas de poder, cuja superação pressupõe, também, a eliminação do racismo, colonialismo e neocolonialismo. A Declaração reforça a importância do cumprimento das propostas da Convenção contra todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), de 1979, bem como da atuação dos Estados para o alcance da igualdade de gênero. Em seguida, tem-se a “Convenção Belém do Pará” de 1994 (Convenção

⁹ Ver: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>

¹⁰ Karim e Henry (2018) argumentam que também é possível identificar nesses cenários uma forma de “masculinidade protetora”, que se manifesta quando há uma expectativa de que o soldado, em uma elevada posição de poder, deve ajudar/proteger as mulheres e crianças do local, situadas em posições subordinadas a eles.

Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher), que define a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (ONU, 1994). Em vista disso, a Convenção lista uma série de direitos que devem ser garantidos a este grupo, como o direito à segurança, igual proteção perante a lei e igual acesso às funções públicas e cargos de liderança.

No ano seguinte, os avanços continuaram em Pequim, com a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (conhecida como “Pequim +95”), que traça recomendações e uma série de estratégias para ação coletiva em prol do direito das mulheres. Na década de 2000, a ONU propõe a criação da Agenda 2030, a qual propõe dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para a promoção de um mundo mais justo, saudável e sustentável para as próximas gerações. O ODS número cinco dedica-se à promoção da igualdade de gênero que, para ser alcançada, precisa trabalhar tanto as feminilidades quanto as masculinidades.

No que se refere aos temas de gênero nas intervenções internacionais e missões de paz lideradas pela ONU, é importante destacar a Resolução 1325/2000¹¹ do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a qual é reconhecida como um grande marco da inserção de questões de gênero nas missões de paz da ONU. A Resolução inaugura a “Agenda Mulheres, Paz e Segurança” e incentiva que os países criem Planos Nacionais de Ação para incluir e valorizar as mulheres como agentes para a paz em diversos níveis e cargos (desde militares a cargos decisórios). Vale salientar, também, que este documento abriu caminho para uma série de outras resoluções, como a Resolução 1820/2008¹², a qual reconhece o estupro usado como arma de guerra em áreas de conflito e reforça a necessidade de proteger principalmente as mulheres e crianças – sendo estes os sujeitos que, de acordo com o documento, mais são atingidos por essas violações.

Por mais que os avanços sejam consideráveis, é importante destacar que nenhum deles propõe-se a discutir as violências multidimensionais sobre os corpos das mulheres. A discussão sobre este tema será feita no próximo tópico.

¹¹ A resolução completa pode ser acessada em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>. Consultado pela última vez em 07 de junho de 2022.

¹² Para mais informações, acesse: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/391/47/PDF/N0839147.pdf?OpenElement>. Consultado em 07 de junho de 2022.

Violência multidimensional e multinível sobre os corpos das mulheres: Guerra silenciosa ou silenciada?

Como ressaltado por Swati Parashar (2013), bem como outras autoras que trazem contribuições feministas para os Estudos para a Paz¹³, a experiência de inúmeras mulheres (sejam elas cisgênero ou transgênero) em contextos classificados como “pós conflito” – os quais são vistos como o período posterior ao fim dos confrontos armados, ou seja, ao fim do que é comumente entendido como “guerra” – tornam evidente que a paz não é (e não pode ser) atingida com um cessar fogo. É possível notar que a compreensão do conceito de “guerra” é, principalmente nas perspectivas realistas e neorealistas das Relações Internacionais, restrito à emergência de conflitos armados intraestatais. Em contrapartida, este artigo propõe a ressignificação e ampliação do entendimento sobre o que é a guerra e quais atores podem perpetuá-la. Em concordância com Parashar (2013) e Falquet (2022), a atenção aqui é destinada para os indivíduos, cujos corpos são perpassados por um emaranhado de opressões, as quais os afetam de forma não apenas física, como também psicológica.

Retomando os estudos de Elisabeth Lira e Eugenia Weinstein (1990), as quais caracterizam os oito efeitos psicológicos da tortura, Falquet (2022) amplia essa reflexão para outras formas de violência contra os corpos das mulheres, principalmente a violência doméstica. As consequências psicológicas incluem a autodestruição, desvalorização de si, culpabilidade, confusão, afastamento social e destruição de muitos dos laços interpessoais, tortura sexual e o silenciamento. Ressalta-se que quando as vozes calam, as memórias ecoam e continuam atormentando as mentes e incitando efeitos autodestrutivos que, por sua vez, possuem aspectos psicológicos (como o medo e a constante sensação de estar ameaçada, perda de entusiasmo e a depressão), autodestrutivos (como as tentativas de suicídio) e psicossomáticos (como gastrite) (LIRA e WEINSTEIN, 1990; FALQUET, 2022). Segundo Falquet, esses efeitos forçam uma reação de passividade individual e coletiva em meio a um cenário de violência.

As dores sentidas nos e pelos corpos individuais mostram as consequências de um sistema capitalista cuja perpetuação pressupõe a disseminação de violência das mais diversas

¹³ Os Estudos para a Paz surgem na década de 1960 e tem como principal precursor o sociólogo Johan Galtung, o qual propõe a reflexão sobre a importância de pensar (e agir pela) paz, e não apenas entendê-la como a ausência de confrontos armados entre Estados. Galtung (1969) propõe o conceito de “paz positiva”, que pressupõe a eliminação das múltiplas violências estruturais para ser alcançada e promover a justiça social. Seus escritos abriram caminho para uma série de trabalhos no campo. Nele, as perspectivas feministas têm crescido e contribuído, principalmente, para a ampliação da noção de violência estrutural, incluindo a violência de gênero como parte de uma estrutura social heteronormativa que continua promovendo a subalternização de inúmeros corpos femininos e feminilizados (SEGATO, 2016; FEDERICI, 2017).

formas (ALLIEZ; LAZZARATO, 2021; FEDERICI, 2017), formando um sistema em que a violência é propagada de forma multidimensional e multinível (TICKNER, 1992). Tais violências são conectadas entre si por um fenômeno central: a impunidade (FALQUET, 2022). Nesse sentido, ampliar o entendimento acerca da violência abre caminhos para a compreensão das novas formas de guerra que são sentidas nos corpos das mulheres.

De acordo com Rita Segato (2012, 2016), as novas formas de guerra são caracterizadas pelo excesso de crueldade com que são reproduzidas, sendo perpetradas majoritariamente por forças paraestatais como milícias, as quais passaram a manipular e controlar o território nacional, com destaque para os espaços periféricos. As violações promovidas por tais forças são movidas por interesses econômicos imediatos e de médio prazo, os quais buscam “aterrorizar a mão-de-obra para torná-la dócil, mantendo os salários o mais baixo possível” (FALQUET, 2020, p. 23), bem como por motivações individuais e, em alguns casos, o anseio em humilhar o grupo tornado inimigo (BAAZ; STERN, 2010). De acordo com Segato:

[...] no papel e função designado ao corpo feminino ou feminizado nas guerras de hoje revelam uma rotação ou mudança no próprio modelo bélico. As guerras na antiga Iugoslávia e em Ruanda são paradigmáticas dessa transformação e inauguram um novo tipo de ação militar em que a agressão sexual passa a ocupar uma posição central como arma de guerra que produz crueldade e letalidade, dentro de uma forma de dano que é simultaneamente material e moral. A impressão que emerge dessa nova ação de guerra é que a agressão, a dominação e o roubo sexual não são mais, como antes, complementos da guerra, danos colaterais, mas adquiriram centralidade na estratégia bélica. (SEGATO, 2016, p. 59, tradução nossa)

De modo complementar, essa guerra também é pública porque “repousa na exibição duma parte dos corpos com a intenção de controlar o espaço público” (FALQUET, 2020, p. 24). Além disso, como já mencionado, ela é perpetuada devido a um cenário de impunidade e ineficiência dos órgãos públicos que, por sua vez, deveriam garantir os direitos da população, bem como prezar pela promoção dos direitos humanos tanto no centro quanto nas periferias da sociedade. São justamente nas zonas periféricas que ocorrem a maior parte das violações, as quais atingem majoritariamente as mulheres racializadas e/ou migrantes, mostrando que as hierarquias sociais fazem alguns corpos valerem menos do que outros, especialmente para o sistema neoliberal. É isso que, como veremos, acontece no Haiti e no Congo.

O caso do Haiti

O Haiti é um pequeno país localizado a oeste da ilha Hispaniola, situada no Caribe, e faz fronteira com a República Dominicana. Sua população é de aproximadamente 11.400 milhões de habitantes, e seus idiomas oficiais são o francês e o *créole*. Conquistando a independência precocemente (1791) – a primeira da América Latina –, a trajetória haitiana foi marcada por inúmeros altos e baixos. Foi uma das colônias francesas mais prósperas e vivenciou desde golpes de Estados a catástrofes naturais devastadoras, tornando-se o país mais pobre das Américas. No decorrer de sua história, percorrendo grande instabilidade social e política, o país não recebeu as devidas reformas estruturais, fragilizando ainda mais um cenário marcado por revoltas, autoritarismo e violência (CORBELLINI, 2009, p. 24).

É somente a partir de 1990 que a comunidade internacional volta os olhos para a situação vivida no Haiti e a fragilidade de seu Estado. Esses fatores passaram a legitimar a instituição de uma intervenção humanitária no país, que toma forma por meio das Operações de Manutenção da Paz da ONU estabelecidas entre os períodos de 1993 e 2004. Devido ao golpe de Estado que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide, a ONU e a OEA enviam ao Haiti uma missão internacional civil, em 1993. A partir disso, quatro missões são instituídas na ilha: a UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti), a UNSMIH (Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti), a UNTMIH (Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti) e a MIPONUH (Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti). De modo geral, essas operações tinham como objetivo dar suporte ao processo eleitoral haitiano, reorganizar a Polícia Nacional Haitiana (PNH) e propiciar a estabilização econômica e nacional (CORBELLINI, 2009, p. 97).

Tendo fracassado em seus objetivos, em 30 de abril de 2004, por meio da Resolução 1542, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que perdurou até 2017. Conforme assinala Mariana Corbellini (2009, p. 97), pode-se concluir que as missões anteriormente enviadas pela ONU não obtiveram êxito, e uma das razões primordiais para isso ter ocorrido é o fato do país caribenho vivenciar, durante todo esse período, uma intensa crise política, econômica e social – que teve influências tanto externas quanto internas.

Ressalte-se que o mandato da MINUSTAH sofreu diversas atualizações, no entanto, percebe-se que há um enfoque constante em três eixos principais: segurança e estabilidade do ambiente; processo político e direitos humanos. A proteção dos direitos humanos (terceiro eixo) perpassa ao longo de toda missão e sua condução em terreno sofre inúmeros ajustes,

principalmente após 2010, ano em que a população haitiana vivenciou uma catástrofe natural arrasadora (um terremoto de grandes proporções) e um surto de cólera, que resultou em milhares de vítimas fatais.

Após seis meses da chegada das tropas onusianas ao Haiti, o Secretário Geral da ONU emitiu um relatório¹⁴ descrevendo as atividades desempenhadas até então, além de realizar diversas recomendações com o intuito de aprimorar o mandato da missão a fim de garantir seu sucesso. No documento, o parágrafo X é dedicado a reportar informações sobre direitos humanos, e a questão de gênero está presente nesse tópico junto a assuntos ligados ao direito das crianças e ao combate à HIV/AIDS. Efetuando uma breve análise, é possível identificar um cenário vulnerável e perigoso, que impactava a vida das mulheres haitianas diariamente. No período, a Unidade de Gênero da MINUSTAH ficou responsável por trabalhar junto ao então Ministério da Condição Feminina haitiano para examinar os vários impactos que as enchentes causaram nas mulheres locais, já que muitas alegaram ter sofrido ataques e roubos a caminho de casa, quando estavam retornando dos postos de distribuição oficiais da missão (SECURITY COUNCIL, 2004). Além disso, houve um treinamento direcionado à Polícia Nacional Haitiana com o intuito de promover e desenvolver a prevenção de DST's, como o HIV e a AIDS, tudo isso levando em conta uma perspectiva de gênero (SECURITY COUNCIL, 2004).

Em janeiro de 2010 um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter atingiu a capital, Porto Príncipe, e o país entrou em estado de calamidade. Foram registradas mais de 300 mil mortes e cerca de 1,5 milhões de pessoas desabrigadas – a destruição alcançou também a sede da MINUSTAH, causando a morte de inúmeros funcionários. O Haiti, nesse momento, passou a depender completamente de ajuda externa, uma vez que os tremores fragilizaram toda e qualquer capacidade administrativa que o governo possuía para se reestruturar (KAMINSKI, 2011, p. 99).

É somente diante dessa conjuntura que a MINUSTAH decide integrar na atualização de seus mandatos¹⁵ a necessidade de proteger as mulheres da violência e fortalecer as atividades que visam mitigar esse tipo de abuso. Enfatize-se que, anteriormente, o ONU apenas se preocupava marginalmente em introduzir uma perspectiva de gênero na missão – essa questão, antes do terremoto, era muito incipiente e não abrangia as distintas dimensões

¹⁴Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20S2004908.pdf>

¹⁵ Ver: Resolução 2070 (2012) e Resolução 2012 (2011).

da MINUSTAH (GIANNINI; COSTA, 2017). Essa mudança de abordagem surgiu devido a três principais aspectos:

(i) os casos de violência sexual que vieram à tona nos campos de deslocados internos; (ii) a mudança no mandato da missão; e (iii) a maior interação com a Unidade de Gênero da MINUSTAH (GIANNINI; COSTA, 2017, p. 78).

Embora em 2008 a ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2008) tenha ressaltado que a violência de gênero não deveria ser mais tratada como “efeito colateral” dos conflitos e sim tornar-se central nos debates sobre a construção da paz, o Haiti, por manifestar uma história extensa de discriminação contra a mulher, as instituições e seu precário sistema judicial desencorajavam a denúncia por parte das vítimas, e quando essas eram realizadas, os agressores raramente eram processados ou presos (GILOMÉN, 2012, p. 19), alimentando a impunidade mencionada no item anterior. Dessa forma, as violações de direitos humanos se tornaram práticas recorrentes na realidade da população haitiana, principalmente das mulheres que, vistas como “cidadãs de segunda classe, sofreram tanto senão mais que seus compatriotas homens durante as diversas e violentas ditaduras que governaram o país desde sua independência” (GIANNINI, 2015, p. 70-71), o que não foi diferente com a instalação das distintas missões da ONU.

Além das diversas violências enraizadas e ainda presentes no Haiti, com o estabelecimento da MINUSTAH escancarou-se outra problemática: a violência de gênero perpetrada pelos próprios *peacekeepers*. Entre 2004 e 2016, por exemplo, foram denunciados 150 casos de abuso e exploração sexual envolvendo agentes onusianos durante a missão (DODDS, 2017).

A violência de gênero perpetrada por *peacekeepers* durante a MINUSTAH foi investigada por agências independentes, como o *Institute for Justice and Democracy in Haiti* (IJDH), que entrevistou 42 mulheres haitianas vítimas de violações, no decorrer de 27 dias. Para Snyder (2017, p. 2, tradução nossa), se houvesse “uma investigação completa e aprofundada se esperaria identificar cerca de 600 vítimas que concordariam em realizar entrevistas pessoais”. Já as investigações oficiais realizadas pela ONU, mostram cenários diferentes.

A Unidade de Conduta e Disciplina da ONU (CDU), subordinada ao Departamento de Serviços de Campo (DFS), documentou 75 alegações no total de SEA [Abuso e Exploração Sexual] por parte da ONU em todo Haiti de 2008 a 2015. Em comparação, 40 das 42 vítimas entrevistadas no âmbito limitado desta investigação

independente supostamente sofreram exploração sexual perpetrada por funcionários da ONU durante o mesmo período [...] As vítimas com quem falamos não foram informadas se seus casos foram incluídos no total de 75 alegações documentadas pela CDU. (SNYDER, 2017, p. 2, tradução nossa).

Mesmo após o boletim emitido pelo Secretário Geral da ONU, em 2003, que instituiu tolerância zero aos casos abuso e exploração sexual perpetrados pelos agentes humanitários da Organização (NAÇÕES UNIDAS, 2003), quatro missões contabilizaram os maiores números de denúncias e acusações relacionadas à violência sexual cometida por *peacekeepers* em terreno: MONUSCO, UNMIL, UNMISS e MINUSTAH (OIOS, 2015, p. 4). Assim, mediante a presença internacional no Haiti, as necessidades imediatas para suprir as precariedades ali vividas e alcançar um padrão de vida digno, eram urgentes, e a mercantilização do corpo, por exemplo, era a única solução palpável para as mulheres (TOLEDO; BRAGA, 2020, p. 8). Em muitos casos, mulheres e meninas envolviam-se com os pacificadores conscientemente, visto que o desejo de mudança de vida era extremo, e a existência de uma assimetria nessa relação evidenciava a coerção e intimidação por parte dos capacetes azuis, que utilizavam da sua posição de poder para adquirir favores sexuais (TOLEDO; BRAGA, 2020, p. 9).

Apesar das altas taxas de violência de gênero perpetrada por agentes internos e externos ao Haiti, ainda é possível observar movimentações de resistência, principalmente de grupos feministas, que lutam contra a violência estrutural e sistêmica que atinge o cotidiano de cada haitiano. O coletivo HWC (*Haitians Women's Collective*)¹⁶, criado em 2017, reúne organizações locais lideradas por mulheres que exercem serviços essenciais para a sociedade haitiana, como a promoção de educação para crianças e o desenvolvimento econômico local. Seu objetivo central é investir e fortalecer essas instituições, a fim de impactar e desenvolver comunidades dirigidas por mulheres, como também fortalecer a soberania popular no Haiti. Além disso, também o *Institute for Justice and Democracy in Haiti* (IJDH)¹⁷, organização sem fins lucrativos com sede nos Estados Unidos, pode ser mencionado como uma instituição que, desde 2004, auxilia na luta pelos direitos humanos da população haitiana. O instituto possui uma frente específica para averiguar ocorrências de abuso e exploração sexual cometidas por *peacekeepers* da ONU. Para tanto, inúmeros advogados e jornalistas ligados à instituição trabalham em torno da proteção de direitos humanos, principalmente das mulheres e crianças afetadas por essa violência.

¹⁶Para mais informações, acesse: <<https://www.thehwc.org/our-collective/>>

¹⁷ Para mais informações, acesse:

<<http://www.ijdh.org/our-work/accountability/peacekeeper-exploitation-and-abuse/>>

A seguir, discutiremos o cenário de violência no Congo e as resistências locais para, posteriormente, traçarmos os pontos de contato entre a realidade das Américas e da África, concluindo com um dos objetivos propostos pelo artigo.

O caso da República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo (RDC) é um país da África Central que foi colonizado pela Bélgica. A RDC é um dos maiores países do continente africano, contando com uma população estimada de 85,5 milhões de pessoas¹⁸, de maioria católica. Além disso, detém um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de US\$ 544, um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bastante baixo (equivalente a 0,48) e compõe a periferia do sistema-mundo capitalista. O tecido social congolês é marcado pela presença constante de violência e disputas interestatais, que representam fortes empecilhos para a efetiva construção da paz (UCDP, 2022)¹⁹.

Dentre os problemas estruturais que são empecilhos para edificar a paz, pode-se destacar corrupção, fragilidade institucional, cenário de impunidade, falha na reforma do setor de segurança e falta de proteção das pessoas locais. Além disso, há uma grande disputa por minerais no país (ENOUGH, 2017)²⁰, que contribui para perpetuar a ocorrência de estupros e assassinatos brutais, principalmente nas áreas próximas à mineração. Vale lembrar que o número de violências sexuais era tão grande no local que fizeram com que a RDC fosse nomeada como “a capital do estupro” por representantes da ONU (CNN, 2011)²¹.

De acordo com Bas'ilele Malomalo (2019), as primeiras formas de banalização da violência podem ser observadas desde o período da colonização com o tráfico e genocídio de africanos. A colonização perdurou, no país, até o século XX. Em 30 de junho de 1960, o Congo declarou-se independente da Bélgica; porém, o controle político deste último país ainda se fazia presente. Em 14 de junho do mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução 143/1960, iniciou a primeira operação de paz no país (ONUC), cuja função era monitorar a retirada das forças belgas do Congo. No ano seguinte, a

¹⁸ Todos os dados foram coletados do Banco Mundial. Para mais informações, acesse: <<https://data.worldbank.org/country/congo-dem-rep>>. Consultado pela última vez em 30 de maio de 2022.

¹⁹ Sugere-se visita à base de dados sobre os conflitos ao redor do globo, da Universidade de Upsala (UCPD), que pode ser acessada pelo link: <<https://ucdp.uu.se/country/490>>. Consultado em 31 de maio de 2022.

²⁰ Para mais informações, acesse: <https://enoughproject.org/wp-content/uploads/2017/11/DemandTheSupply_EnoughProject_2017Rankings_final.pdf>. Consultado em 30 de maio de 2022

²¹ Para mais informações, acesse: <<https://edition.cnn.com/2011/11/24/world/africa/democratic-congo-rape/index.html>>. Consultado em 31 de maio de 2022.

ONUC foi autorizada a usar a força, se necessário, para assegurar os objetivos da missão, e garantir a integridade territorial do Congo, bem como a independência política deste país (UN RES 161/1961)²².

As tentativas para a promoção de instituições políticas de caráter ocidental (democráticas) falharam, e o país enfrentou uma ditadura de mais de trinta anos, comandada por Mobutu Sese Seko, iniciada em 1965. O país também passou por diversos conflitos civis, incluindo a disputa entre grupos étnicos e entre milícias. Neste cenário vulnerável, a mineração e a exploração ilegal de recursos naturais eram frequentes, ocasionando muitas formas de violação generalizada dos direitos humanos nas comunidades locais – as quais foram denunciadas pela ONU (OHCHR, 2010). No ano de 1996, houve a primeira guerra civil no Congo, com o objetivo de derrubar a ditadura vigente no país. Em 1997, Mobutu Sese Seko foi retirado do poder, e Laurent Désiré Kabila assumiu o comando do Congo. No entanto, isso não foi o suficiente para melhorar a situação de grande instabilidade política nacional e, entre 1998 e 2003, emergiu uma segunda guerra civil no país, a qual deixou quase quatro milhões de mortes (TCHINHAMA, 2017; SILVA, 2011).

Em meio a esta guerra, a ONU aprovou a criação de uma nova operação de paz: a Missão de Paz das Nações Unidas no Congo (MONUC). Ela foi estabelecida pela resolução 1279, em novembro de 1999, e se estendeu até o ano de 2010. A operação objetivava implementar e monitorar um acordo de cessar-fogo para a resolução dos conflitos no país (MONUC, 2022²³; RES 1279/1999). No entanto, mesmo com o término das guerras civis, a paz não foi alcançada, ademais de o país apresentar diversos problemas como desigualdade social, fome, fragilidades nas instituições públicas nacionais e no setor de segurança (TCHINHAMA, 2017). Em vista disso, a MONUC foi reorganizada em 2010, e implantada sob o nome de Missão de Estabilização das Nações Unidas no Congo (MONUSCO), com a finalidade de marcar uma nova fase da missão, a qual passou a dedicar-se especialmente à estabilização política no país, bem como ao fortalecimento do sistema político, buscando que este fosse capaz de garantir uma qualidade de vida melhor e proteção para a sociedade congoleza, incluindo a proteção dos direitos humanos das comunidades locais (MONUSCO, 2022)²⁴.

²² Para mais informações, consultar <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucM.htm>> Acesso em maio de 2022.

²³ Informações presentes no site da MONUC (<https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/>). Acesso em maio de 2022.

²⁴ Para mais informações consultar <<https://monusco.unmissions.org/en>> . Acesso em maio de 2022.

No que se refere às denúncias sobre as violações no Congo, cabe pontuar que elas são feitas majoritariamente por ativistas internacionais e diversas organizações internacionais como a Anistia Internacional, Fundação Panzi, *Human Rights Watch*, *Women for Women International*, *Kvinna Till Kvinna* e o Instituto Promundo. No ano de 2009, um relatório publicado pela organização *Human Right Watch* denunciando a violência sexual afirma que a RDC é “o pior país para ser uma mulher ou menina” (WATCH, 2009, p. 14). A questão ganhou ainda mais visibilidade no ano de 2010, quando o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas (OHCHR) publicou um relatório apresentando um mapeamento das violações dos direitos humanos na RDC ocorridas entre março de 1993 a junho de 2003 (OHCHR, 2010).

O documento registra inúmeros casos de violações dos direitos humanos, como assassinato, escravidão, tortura e estupro realizado principalmente pelas forças combatentes (OHCHR, 2010). No relatório, afirma-se que as violações afetaram drasticamente a sociedade civil, atingindo principalmente mulheres e crianças. De acordo com o documento, essas últimas encontravam-se em condições de maior vulnerabilidade social, como evidenciado no seguinte trecho:

[...] mulheres e meninas pagaram, particularmente, o preço mais alto durante a década de 1993-2003, principalmente devido às suas condições de vulnerabilidade socioeconômica e cultural, o que intensificou as formas de extrema violência com que elas foram submetidas. A violência na RDC foi, de fato, acompanhada do uso sistemático do estupro e do abuso sexual, cometidos por todas as forças combatentes (OHCHR, 2010, p. 15, tradução nossa).

O relatório identificou inúmeros casos de estupro, levando a afirmação de que o estupro era usado frequentemente como uma “arma de guerra” (OHCHR, 2010, 2011). Nesse sentido, o principal objetivo dessas violações seria promover a morte e dispersão da população local, deixando territórios livres para serem explorados. Entretanto, ainda que o estupro seja um problema perpetuado há longa data no país, é importante ressaltar que a violência sexual é combinada com outras formas de violações aos direitos humanos, causando não apenas destruições em muitos corpos e territórios, também deixando traumas (FALQUET, 2022) e marcas nas mentes daqueles que foram violentados (destruindo os sentimentos de harmonia e identificação com o seu território) e no tecido social local, na medida em que alimenta um cenário de violências destrutivas.

Os principais perpetradores são, majoritariamente, integrantes das forças armadas (militares e paramilitares, como milícias). Os estupro ocorrem predominantemente durante a noite, atingindo em sua maioria mulheres (BARTELS et al, 2013; JOHNSON et al, 2015), deixando consequências como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, estigmatização e humilhação pela família e comunidade, depressão, ansiedade, entre outros traumas físicos e mentais (JOHNSON et al, 2015, p. 537). Porém, é importante lembrar que o estupro não é apenas um problema emergente, mas estrutural na RDC, visto que muitos são realizados pelo próprio cônjuge (PROMUNDO, 2012, 2015).

Cabe, ainda, dizer que em um cenário de pobreza, os relatos de estupro são usados por muitas pessoas como “estratégia de renda” (BAAZ e STERN, 2010, p. 53), ou seja, denuncia-se um estupro para receber apoio financeiro das instituições locais, bem como auxílio, cuidados médicos e psicossociais de organizações que recebem financiamento de doadores internacionais e outros agentes externos. Em adição, há também acusações de estupro, principalmente por parte de mulheres em trabalho de parto, para conseguir acessar serviços médicos e de saúde, em geral. Segundo as autoras, isso acontece, todavia, em apenas 0,8% dos casos de estupro do país (BAAZ e STERN, 2010, p. 54).

Por mais que a taxa de ocorrência seja pequena, é importante salientar que essas ações são motivadas por condição de vida precária, que fazem com que principalmente as mulheres tomem atitudes como essa, pois não têm condições de arcar com os serviços de saúde que, por sua vez, deveriam ser oferecidos pelo Estado, com políticas públicas de qualidade. De modo semelhante, há algumas acusações falsas de estupro para conseguir acesso a outros serviços e programas como educação, comida e facilidades de crédito (microcrédito). Como ressaltado por Baaz e Stern, as pessoas que se submetem a essas ações são majoritariamente mulheres e meninas que perderam suas famílias ou foram fortemente rejeitadas por sua família, por terem seus corpos perpassados pelo estupro (BAAZ e STERN, 2010). Para marcar a complexidade do tema e a urgência do maior entendimento sobre ele, as autoras ressaltam: “As humilhações são muito menos estratégicas e mais complexas de serem combatidas. Não estamos tratando apenas de ganhos militares e/ou mercadológicos (como é a exploração das minas). A humilhação destrói identidades, traumatiza comunidades” (BAAZ e STERN, 2010, p. 54).

É importante destacar que a desigualdade de gênero e significativa exclusão das mulheres dos espaços públicos contribui para maior fragilidade institucional e legal, que é fruto de uma série de problemas arraigados no tecido social congolês. Esse último, por sua vez, se encontra fortemente traumatizado por longos períodos de conflitos armados e instabilidades políticas (AUTESSERRE, 2010). Como ressaltado por Bas’ilele Malomalo, a

RDC carece de eficientes políticas públicas de saúde (voltadas para garantir o atendimento das sobreviventes da violência sexual, por exemplo), bem como políticas de conscientização, educação sexual e projetos para a criação de centros de acolhimento e proteção das mulheres sobreviventes.

Nota-se que um dos obstáculos para o fim dos estupros locais é o fato de que muitas mulheres não têm acesso à justiça e, para tanto, é de extrema importância que sejam criadas políticas para o suporte judiciário, mobilidade (para que as mulheres consigam se deslocar para os locais apropriados para fazer a denúncia e/ou participar do julgamento) e proteção das mulheres, além da preparação dos juízes(as)²⁵ para analisar, com empatia e profissionalismo, as denúncias apresentadas. A segregação do gênero feminino, propiciada por uma estrutura simbólica patriarcal e reforçada por instituições desiguais de poder, é denunciada em trechos como este:

De fato, os estupros são atos de violência socialmente construídos: são discursos sociais sexistas que os promovem, legitimam e justificam. A prevalência de violência sexual na RDC é explicada pelas desigualdades de gênero existentes na sociedade, que criam um contexto favorável à ideia de que o corpo das mulheres está disponível para os homens e que a masculinidade é o exercício do poder sobre as mulheres. Enquanto esses estereótipos e discursos sexistas não forem combatidos, a violência sexual será trivializada e padronizada. (MALOMALO, 2020, p. 191)

Em contrapartida, mesmo em um contexto de perpetuação de violências, é possível observar uma ação contínua de resistência. Como exemplo, pode-se citar a atuação de instituições locais como a Cidade da Alegria, que acolhe mulheres sobreviventes da violência sexual e objetiva ressignificar histórias pessoais e coletivas marcadas por múltiplas violências. Vale destacar, também, o Centro de Resolução de Conflitos do Congo (CRC), uma instituição que ganhou o prêmio de paz da UNESCO²⁶ por sua atuação na busca por promover uma sociedade mais justa e igualitária na RDC.

Considerações finais

²⁵ Como ressaltado por Malomalo: “Na RDC, as/os pesquisadoras/es mostraram que os juízes geralmente têm atitudes destinadas a culpar as vítimas. As vítimas têm medo de ir à polícia e serem vítimas de novos ataques de violência sexual. Em 2017, o relatório da ONU sobre violência sexual em conflitos constatou que os estupros cometidos pela Polícia Nacional Congoleza aumentaram 109% em um ano. A sub-representação das mulheres nos setores de segurança e justiça não ajuda a mudar atitudes e explica o medo justificado das vítimas de recorrer à polícia e à justiça”. (MALOMALO, 2010, p. 186)

²⁶ Para mais informações, consulte: <<https://www.peacedirect.org/blog-crc-unesco-prize/>>. Acesso em 03 de junho de 2022.

Ao longo desse texto, buscou-se apontar que as normas de gênero são criadas socialmente e elas sustentam hierarquias de poder que influem na dinâmica do sistema internacional. Os Estudos de Gênero, com destaque para as teorias feministas das Relações Internacionais, contribuem para analisar criticamente o funcionamento deste sistema, trazendo uma consciência crítica para lutar contra os binarismos que fundamentam as relações sociais sob o modo de vida capitalista que, como destacado por Éric Alliez e Murizzio Lazzarato (2021), precisa da destruição para sobreviver.

Ao olhar para as experiências das mulheres em contextos prolongados de violência, como no Haiti e na República Democrática do Congo (RDC), percebe-se que a lógica destrutiva permite a perpetuação de múltiplas formas de guerra nos corpos das mulheres, majoritariamente das mulheres periféricas, migrantes e/ou racializadas, que sentem o peso das opressões que se combinam e se sobrepõem. Em ambos os casos analisados, foi possível notar a perpetuação de um cenário de impunidade e a presença de novas guerras sobre os corpos das mulheres, que são tão cruéis quanto as guerras tradicionais que promovem a chacina de sangue. Porém, em meio a um contexto de dor, foi possível observar ações, projetos e grupos que fazem resistência e tentam ressignificar as experiências de violência para promover pontos de paz em meio à dor. Percebe-se, portanto, que o próprio entendimento do que é a paz acaba sendo transformado, pois, nesse sentido, alcançar a paz não seria garantir uma relação pacífica entre nações, mas promover a criação de momento e ações a médio e longo prazo para edificar relacionamentos mais humanos em prol da equidade de gênero.

Em resumo, como se buscou apresentar, situações de violência de gênero, seja em que latitude for, especialmente quando prolongadas no tempo, como é o caso do Haiti e da RDC, muitas vezes são perpetradas por aqueles que deveriam ali estar para justamente minimizar, e mesmo impedir, que os corpos dos mais frágeis sejam violados. Ademais, tais violações deixam marcas profundas, muito além daquelas físicas e visíveis e podem atravessar gerações. Mas este é tema para outras pesquisas.

Bibliografias

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. Editora Ubu. São Paulo. 2020.

BAAZ, Maria. STERN, Maria. **The Complexity of Violence: A critical analysis of sexual violence in the Democratic Republic of Congo (DRC)**. Sida Working Paper on Gender-based Violence. Sida. 2010. Disponível em: <<https://cdn.sida.se/publications/files/sida61275en-the-complexity-of-violence.pdf>>. Acesso pela última vez em 30 de maio de 2022.

BAAZ, Maria E; STERN, Maria. Why Do Soldiers Rape? Masculinity, Violence, and Sexuality in the Armed Forces in the Congo (DRC). **International Studies Quarterly** Vol. 53, No. 2 (2009)

BARTELS, Susan; KELLY, Jocelyn; SCOTT, Jennifer; LEANING, Jennifer; MUKWEGE Denis; JOYCE, Nina; VAN ROOYEN, Michael. Militarized Sexual Violence in South Kivu, Democratic Republic of Congo. **Journal of Interpersonal Violence** 28, no. 2. 2013. p 340–58. DOI: <https://doi.org/10.1177/0886260512454742>. Acesso em 30 de maio de 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 19º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti : da crise à MINUSTAH**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DODDS, Paisley. **UN child sex ring left victims but no arrests**. Associated Press News, 2017. Disponível em <https://apnews.com/article/port-au-prince-only-on-ap-sri-lanka-caribbean-arrests-e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1>

DUNCANSON, Claire. Forces for Good? Narratives of Military Masculinity in Peacekeeping Operations. **International Feminist Journal of Politics**, 2009. vol. 11, n. 1, p. 63-80.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics**. University of California Press, 1989.

ERIKSEN, Stein Sundstol. The Liberal Peace Is Neither: Peacebuilding, State building and the Reproduction of Conflict in the Democratic Republic of Congo, **International Peacekeeping**, 16:5, p. 652-666. 2009. DOI: 10.1080/13533310903303289. Acesso em 30 de maio de 2022.

FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia: Mulheres e reorganização global da violência**. Sobinfluência Edições. São Paulo. 2022. 177 p.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

GILOMÉN, Carina de Los Santos. **Investigación cualitativa en la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH) para la implementación de la Resolución N°1820**. Buenos Aires: Resdal, 2012. 37 p.

GIANNINI, Renata Avelar. **Promover gênero para consolidar a paz: a experiência brasileira**. Artigo Estratégico n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2014.

_____, Renata Avelar; COSTA, Major Ivana Mara Ferreira. A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH. In: HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto (org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Instituto Igarapé, 2017.

_____, Renata Avelar. Da política à implementação: preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti. In: HAMANN, Eduarda Passarelli (org.). **Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, p. 69-77, 2015.

KAMINSKI, Anelise Gomes Vaz. **As Limitações das intervenções humanitárias da ONU: o caso do Haiti**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KARIM, Sabrina; HENRY, Marsha. **Gender and Peacekeeping**. In: AOLÁIN, Fionnuala Ní; CAHN, Naomi; HAYNES, Dina Francesca; VALJI, Nahla (org.). *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2018.

KARIM, Sabrina; HENRY, Marsha. **Gender and Peacekeeping**. In: AOLÁIN, Fionnuala Ní; CAHN, Naomi; HAYNES, Dina Francesca; VALJI, Nahla (org.). *The Oxford Handbook of Gender and Conflict*. Nova Iorque, Oxford University Press, 2018.

MALOMALO, Bas'ilele. Fronteiras de violências nos corpos das mulheres na República Democrática do Congo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 1, p. 29-46, nov./2019.

MALOMALO, Bas'ilele. Justiça teórico-política do matriarcado: vozes das/os sobreviventes da violências sexuais em tempos de conflitos na RD Congo. **Revista África[s]**. v. 6 n. 12 (2020): Dossiê: África Central: história, política e sociedade.

MATHIAS, S. K.. Gênero, defesa e paz no cone sul. In: Mathias, Suzeley Kalil. (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP, 2010, v. p. 17-50.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 59-80, 2013.

MONTE, Izadora Xavier do. **Gênero e relações internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. 2000. Conselho de Segurança. **Resolução 1325 (2000)**. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/1325-2000-PT.pdf.

_____. 2004. Conselho de Segurança. **Resolução 1542 (2004)**. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1542>.

_____. 2008. Conselho de Segurança. **Resolução 1820 (2008)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/1820-2008-pt.pdf>.

_____. 2003. Secretaria. **Boletim do Secretário Geral**. Disponível em: <https://undocs.org/es/ST/SGB/2003/13>.

OIOS - UN'S OFFICE OF INTERNAL OVERSIGHT SERVICES. 2015. **Evaluation of the Enforcement and Remedial Assistance Efforts for Sexual Exploitation and Abuse by the United Nations and Related Personnel in Peacekeeping Operations**. Disponível em: <https://oios.un.org/file/7601/download?token=381aXDyU>

SECURITY COUNCIL. **Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti**, 2004. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20S2004908.pdf>

PARASHAR, Swati. What wars and 'war bodies' know about international relations, **Cambridge Review of International Affairs**, 26:4, 615-630, DOI: 10.1080/09557571.2013.837429

REBELO, Tamyá Rocha. **Lentes de gênero para missões de paz: desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2012.

SHEPHERD, Laura. **Gender, UN Peacebuilding, and the Politics of Space**. New York: Oxford University Press, 2017.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Traficantes de sueños, 2016.

_____. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 29, Número 2, Maio/Agosto 2014.

SEGATO, Rita. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-cadernos CES [Online], 18 | 2012, publicado no dia 01 dezembro 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/eces/1533>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

SHEPHERD, Laura. Feminist Security Studies. In: SHEPHERD, L. (ed). **Critical Approaches to Security: an introduction to theories and methods**. New York: Routledge, 2013.

SLEGH, H.; BARKER, G.; RURATOTOYE, B; SHAND, T. **Gender Relations, Sexual Violence and the Effects of Conflict on Women and Men in North Kivu, Eastern Democratic Republic of Congo**: Preliminary Results of the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES). Sonke Gender Justice Network and Promundo-US: Cape Town, South Africa, and Washington, DC. 2012.

TICKNER, J Ann. **Gender and international relations: feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, Nova York, 1992.

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Morais. “Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.